

Da silicolonização do mundo ao tecnoconservadorismo: o renascimento do extremismo político brasileiro no século 21*

Augusto Jobim do Amaral, Pablo Ornelas Rosa e Jesús Sabariego

Recebido: 30 de março de 2025 | Aceito: 6 de agosto de 2025 | Modificado: 11 de agosto de 2025
<https://doi.org/10.7440/res94.2025.04>

Resumo | Com base na pesquisa realizada por Éric Sadin acerca da chamada “silicolonização do mundo”, este artigo propõe uma análise sobre a influência da racionalidade neoliberal estadunidense que potencializou o discurso empreendedor do Vale do Silício, nascido em 1970, a partir de um viés contracultural, que aderiu paulatinamente uma perspectiva conservadora, tratada por Nancy Fraser como reacionarismo neoliberal. Essa racionalidade foi conquistando um espaço cada vez mais significativo na política internacional, possibilitando que a extrema direita voltasse ao poder em diversos países no século 21, com o auxílio das plataformas digitais. No Brasil, emerge o tecnoconservadorismo construído por Olavo de Carvalho, que, desde o final da década de 1990, passou a articular segmentos difusos da extrema direita, alcançando uma enorme visibilidade e influência na opinião pública, sobretudo por meio da emergência das plataformas digitais e de um mercado editorial destinado a legitimar o seu discurso, por meio da tradução, publicação e difusão de livros que são utilizados como armas na guerra cultural. O texto, ancorado em uma perspectiva genealógica foucaultiana, está organizado em duas seções: na primeira, é apresentada uma genealogia dos discursos produzidos no Vale do Silício e seus distintos momentos históricos, identificando as forças que se encontravam em disputa à época; na segunda, são expostas as bases que sustentam o tecnoconservadorismo brasileiro, não apenas evidenciando sua relação com a extrema direita internacional, mas também apresentando uma cartografia composta por sujeitos, grupos e empresas que se reconhecem como conservadores. A investigação apresentada decorre de esforços destinados a compreender a articulação da extrema direita brasileira com a direita radical e ultraradical de outros demais países, evidenciando sua relação com as plataformas digitais e seus modelos de negócio.

Palavras-chave | conservadorismo; MAGA (*Make America great again*); tecnopolítica; Vale do Silício

* O texto contou com financiamento da Fundação de amparo à Pesquisa do Espírito Santo, por meio do Edital Fapes 17/2023, 2 chamada 2024. Participação de cada autor na elaboração do artigo: Augusto Jobim do Amaral e Pablo Ornelas Rosa foram os principais autores do conteúdo, na elaboração teórica, na construção do problema de pesquisa, na formulação de hipóteses e no desenvolvimento da argumentação; Jesús Sabariego contribuiu metodológica e analiticamente, sugerindo abordagens críticas e comparativas. Além disso, participou da revisão da versão final do texto, garantindo sua coesão estrutural e seu alinhamento aos parâmetros editoriais.

De la silicolonización del mundo al tecnoconservadurismo: el renacimiento del extremismo político brasileño en el siglo XXI

Resumen | A partir de la investigación realizada por Éric Sadin sobre la llamada *silicolonización del mundo*, este artículo propone un análisis de la influencia de la racionalidad neoliberal estadounidense que potencializó el discurso emprendedor de Silicon Valley, nacido en la década de 1970 a partir de un sesgo contracultural y que se adhirió progresivamente a una perspectiva conservadora tratada por Nancy Fraser como reaccionarismo neoliberal. Esta racionalidad fue conquistando un espacio cada vez más significativo en la política internacional, lo que ha permitido que la extrema derecha vuelva al poder en varios países en el siglo XXI, con la ayuda de las plataformas digitales. En Brasil, surge el tecnoconservadurismo construido por Olavo de Carvalho que, desde finales de la década de 1990, comenzó a articular segmentos difusos de la extrema derecha alcanzando una enorme visibilidad e influencia en la opinión pública, sobre todo, por medio de la emergencia de las plataformas digitales y de un mercado editorial destinado a legitimar su discurso, mediante la traducción, publicación y difusión de libros que son utilizados como armas en la guerra cultural. El texto, anclado en una perspectiva genealógica foucaultiana, se organiza en dos secciones: en la primera, se presenta una genealogía de los discursos producidos en Silicon Valley y sus distintos momentos históricos identificando las fuerzas que estaban en disputa en esa época; en la segunda, se exponen las bases que sustentan el tecnoconservadurismo brasileño, no solo evidenciando su relación con la extrema derecha internacional, sino también presentando una cartografía compuesta por sujetos, grupos y empresas que se reconocen como conservadores. La investigación es resultado de esfuerzos destinados a comprender la articulación de la extrema derecha brasileña con la derecha radical y ultraradical de otros países, y pone de presente su relación con las plataformas digitales y sus modelos de negocio.

Palabras clave | conservadurismo; MAGA (“Make America great again”); tecnopolítica; Silicon Valley

From the Silicolonization of the World to Technoconservatism: The Revival of Brazilian Political Extremism in the 21st Century

Abstract | Drawing on Éric Sadin’s research on the so-called “silicolonization of the world,” this article analyzes the influence of U.S. neoliberal rationality, which amplified Silicon Valley’s entrepreneurial discourse. Originating in the 1970s with a countercultural bent, this discourse gradually aligned with the conservative perspective that Nancy Fraser describes as neoliberal reactionism. This rationality has gained growing prominence in international politics, enabling the far right to return to power in several countries in the 21st century, aided by digital platforms. In Brazil, technoconservatism emerged through the work of Olavo de Carvalho who, beginning in the late 1990s, mobilized diffuse segments of the far right and achieved significant visibility and influence in public opinion. This influence expanded especially through the rise of digital platforms and a publishing market dedicated to legitimizing his discourse by translating, publishing, and disseminating books used as weapons in the cultural war. Anchored in a Foucauldian genealogical perspective, the article is organized into two sections. The first offers a genealogy of the discourses produced in Silicon Valley and their historical moments, identifying the forces at play. The second outlines the foundations of Brazilian technoconservatism, showing not only its connections with the international far right but also mapping the individuals, groups, and companies that identify as conservative. The study reflects efforts to understand how the Brazilian far right is articulated with the radical and ultra-radical right abroad, while also underscoring its ties to digital platforms and their business models.

Keywords | conservatism; MAGA (Make America Great Again); technopolitics; Silicon Valley

Introdução

A entrada para o século 21 foi marcada por profundas transformações, algumas delas impensáveis em outros momentos da história. Isso porque, em outras épocas, seria impossível imaginar que, no lugar da interação face a face, teríamos a mediação promovida por dispositivos eletrônicos convertidos em plataformas digitais, que alterariam sobremaneira a dinâmica de nossas vidas. Esse fenômeno, diagnosticado como plataformaização (Poell *et al.* 2020), sociedade de plataforma (Van Dijck *et al.* 2018), capitalismo de plataforma (Srnicek 2018), capitalismo de vigilância (Zuboff 2020), governo dos algoritmos (Silveira 2017 e 2021), governamentalidade algorítmica (Rouvroy e Berns 2015; Rosa 2019; Telles 2018), algoritarismo (Sabarigo *et al.* 2020), infocracia (Han 2022) etc., passou a incidir na política, na cultura, no lazer, no comércio, nas transações bancárias, nas formas como circulam informações, produtos, humanos e não humanos, “evidenciando, portanto, a virada digital como principal característica do tempo presente” (Rosa *et al.* 2023, 3).

Desde Alan Turing, que foi o grande responsável por ensejar as condições necessárias para a criação dos algoritmos e dos computadores por meio da publicação de seu importante artigo “On computable numbers, with an application to the entscheidungsproblem” (1936), presenciou-se o surgimento das três primeiras tecnologias desse tipo que foram produzidas durante e após a Segunda Guerra Mundial, a exemplo do Z-3, fabricado na Alemanha, em 1941; do Colossus, criado no Reino Unido, em 1943; e do ENIAC, construído nos Estados Unidos, em 1946 (Miskolci 2016). Embora fossem completamente distintas de suas versões hodiernas, a criação das primeiras máquinas identificadas como computadores produziu uma enorme expectativa na população planetária, tendo em vista a crença em um futuro *high tech* pretensamente mais humanizado, que permitiria maior democratização no acesso à informação, melhorando possivelmente as formas de comunicação.

No entanto, para que fosse possível desenvolver esse tipo de tecnologia computacional, era necessário o uso de um componente eletrônico denominado “transistor”, que foi inventado em New Jersey, em 1947, tendo uma versão em miniatura a partir de um único chip de *silício*, produzida pela empresa Texas Instruments. Esse transistor passou a ser utilizado na fabricação de computadores a partir de 1954, sendo esse o motivo pelo qual a região da baía de São Francisco, no estado da Califórnia, passou a ser chamada de “Vale do Silício”, conforme constatou Richard Miskolci (2016).

Segundo o autor, o primeiro computador eletrônico produzido de forma industrial foi o EES-1, criado em 1969, pela empresa estadunidense Bell, que era uma subdivisão da companhia telefônica AT&T — o que marca o vínculo indissociável entre a telefonia e a computação desde a sua invenção. Além da criação do primeiro computador, esse momento tecnológico inaugural também evidenciou o papel do setor privado no desenvolvimento e difusão desse tipo de produto, juntamente com o estímulo estatal que era conduzido pelas Forças Armadas daquele país.

Já o primeiro tipo de rede comunicacional decorrente da criação do computador foi desenvolvido, principalmente, a partir de uma iniciativa do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, através de sua Agência de Projetos de Pesquisa Avançada (ARPA), que, em setembro de 1969, apresentou a ARPANET. Esta tornou-se reconhecida por ser a primeira rede de comunicação computacional desenvolvida até aquele momento, conectando a Universidade da Califórnia, nas cidades de Los Angeles e Santa Bárbara, à Universidade de Stanford, na região de São Francisco, contando ainda com a participação da Universidade de Utah. O objetivo era criar um sistema de comunicação protegido contra eventuais ataques nucleares.

Em 1983, a ARPANET se dividiu em duas empresas distintas: A MILNET, destinada ao uso exclusivo das Forças Armadas dos Estados Unidos, e a ARPA-Internet que, apesar de ainda estar sob sustentação militar, passou a ser dirigida pela National Science Foundation. Diante disso, é possível constatar que “o Vale do Silício foi parido no interior dos orçamentos públicos das grandes guerras no século XX, dentro dessa monstruosidade do orçamento estatal estadunidense que chamamos de complexo militar industrial” (Ceolin 2022, 43), tendo em vista que, desde o seu nascimento, tem se beneficiado de um fluxo significativo de financiamento público, possibilitando o que Éric Sadin (2018) chamou de “silicolonização do mundo”.

Segundo Sadin (2018), a expressão “silicolonização do mundo” decorre da quinta e última geração de empreendedores do Vale do Silício e evidencia o impacto global promovido pelas grandes empresas de tecnologia, como Apple, Amazon, Alphabet, Meta, Microsoft, entre outras, que passaram a concentrar capital, informação e poder de uma forma jamais vista na história. O termo “silicolonização” designa um processo de colonização instrumentalizado por essas empresas, nascidas no Vale do Silício, que ampliaram progressivamente seu domínio sobre a vida de pessoas e instituições, comprometendo sistemas sociais, políticos e econômicos em escala global.

O autor ainda aponta que essas grandes empresas, ao expandirem suas atividades para além das fronteiras dos Estados Unidos, impuseram uma lógica tecnológica que passou a afetar todos os aspectos da vida, desde a privacidade individual até a estrutura dos mercados globais. Isso porque elas passaram a exercer forte influência sobre como as informações são coletadas, processadas e utilizadas, possibilitando o nascimento de uma nova modalidade de “colonização”, que vem transformando a sociedade em suas diversas dimensões.

Conforme mostrou Miskolci (2016), o aparecimento do computador que permitia o uso das chamadas “redes sociais” ocorreu somente em 1995, quando a internet passou a ser privatizada nos Estados Unidos e rapidamente se expandiu para outros países, até conquistar o formato atual, que tornou possível o sucesso das plataformas digitais, passando do Orkut ao atual Facebook — incorporado, desde 2021, ao grupo Meta, que reúne produtos como Facebook, Instagram, Messenger, WhatsApp, Oculus, Threads, Mapillary, Workplace, Portal, Meta Horizon World. No entanto, esse processo só foi possível em decorrência de melhorias implementadas na rede, assim como na qualidade e na velocidade da circulação das informações.

As mudanças ocorridas no século 21 alteraram significativamente as formas de interação face a face, agora mediadas pelas plataformas digitais, possibilitando que essas empresas passassem a se apropriar dos dados de seus usuários, posteriormente comercializados para outras organizações, com o objetivo de explorar sua capacidade preditiva para fins comerciais e políticos (Zuboff 2020). Assim, diante da possibilidade de orientar condutas por meio do simples uso de computadores, smartphones e tablets, constata-se que essas empresas produziram novos modos de subjetivação, decorrentes da aplicação de estratégias algorítmicas e da inteligência artificial, fazendo com que a política conduzida por veículos comunicacionais como o jornal, o rádio e a televisão desse lugar às tecnopolíticas, capitaneadas pelas plataformas digitais.

O termo “tecnopolítica” empregado neste artigo decorre de seu uso mobilizado no livro *Tecnopolítica, cultura cívica y democracia*, escrito por Jesús Sabariego e Francisco Sierra Caballero (2022), os quais reconhecem uma definição mais popular proposta inicialmente por Javier Toret (2015) na aplicação tática e estratégica de ferramentas digitais destinadas à organização, à comunicação e à ação coletiva. Toret (2015) expõe a ideia de *multitudes conectadas* a partir de uma proposta apresentada inicialmente por

José Pérez de Lama (2006), em um evento realizado na Universidade Internacional de Andalúcia em 2003, que culminou com o artigo publicado por ele em 2022, apresentando uma definição mais aprofundada de seu entendimento sobre tecnopolíticas (Lama e Sánchez-Laulhé 2020).

Nesse sentido, o artigo publicado por Lama (2006) ensinou a apropriação e o desenvolvimento do termo “tecnopolítica(s)” para tratar do uso da internet e, mais recentemente, das plataformas digitais com finalidades políticas. Esse conceito é encontrado nos estudos de Sabariego e Caballero (2022), tomados como referência nesta investigação justamente por atualizarem o debate. Segundo os autores, “tecnopolítica” ou “tecnopolíticas” são termos que ganharam relevância após movimentos como as Primaveras Árabes e Occupy, promovidos principalmente por centros de pesquisa na Espanha, que se referiam inicialmente ao uso de plataformas digitais por movimentos sociais para fins de ativismo político, prática posteriormente adotada também por partidos e outras organizações (Lama e Sánchez-Laulhé 2020, 15).

Apesar de ter sido apresentada por esses autores para tratar da articulação de movimentos sociais globais nas redes sociais, a noção de tecnopolíticas adotada versa sobre o renascimento da extrema direita brasileira, ou seja, de contramovimentos, movimentos contrarrevolucionários e contrainsurgentes em articulação com outras forças internacionais, principalmente representantes da direita radical e da direita ultraradical¹ (Mudde 2022). Seu êxito reside em ações conduzidas pelas plataformas digitais, justamente porque o teor conspiratório, o discurso de ódio, a xenofobia, a misoginia, a homofobia, a transfobia etc. intensificam o faturamento dessas empresas, na medida em que capturam a atenção de seus usuários com maior eficácia (Cesarino 2022; Da Empoli 2019; Kalil 2018; Nemer 2022; Rosa 2019; Rosa *et al.* 2024).

Isso ocorre porque os novos dispositivos de registro que compõem o *regime de informação* passaram a revelar marcos totalitários como forma de domínio. Nesse cenário, os dados e o processamento mediante a utilização de algoritmos e da inteligência artificial determinaram, de modo decisivo, a totalidade dos processos sociais, culturais, políticos e econômicos que envolvem a população planetária, inserindo-a em uma nova fase do capitalismo que emerge no século 21 (Sabariego e Caballero 2022).

Byung-Chul Han (2022, 7) entende por *regime de informação* “a forma de dominação na qual informações e seu processamento por algoritmos e inteligência artificial determinam decisivamente processos sociais, econômicos e políticos”. O autor argumenta que, “em oposição ao regime disciplinar, não são *corpos* e *energias* que são explorados, mas *informações* e *dados*” (Han 2022, 7, grifos no original). Para ele, “o regime da informação, porém, cujo surgimento Foucault evidentemente não percebeu, não segue uma *biopolítica*. Seu interesse não está no corpo. Apodera-se da *psique* pela *psicopolítica*” (Han 2022, 10, grifos no original). Segundo Byung-Chul Han (2022, 13), “a técnica digital da informação faz com que a comunicação vire vigilância. Quanto mais geramos dados, mais intensivamente nos comunicamos, mais a vigilância fica eficiente”.

1 Segundo Cas Mudde (2022), a extrema direita pode ser identificada em duas vertentes: a direita ultraradical, que rejeitaria a própria essência da democracia, assim como a soberania popular e o governo da maioria, tendo como referências as forças sociais que permitiram o surgimento do fascismo e do nazismo; e a direita radical, que aceitaria a essência da democracia, porém se oporia a elementos fundamentais da democracia liberal, tais como os direitos das minorias, o Estado de Direito e a separação dos poderes. Todavia, ambas as vertentes se opõem ao consenso liberal-democrático do pós-guerra, no entanto de maneiras distintas. Enquanto a direita ultraradical se caracteriza por ser revolucionária, a direita radical é mais reformista. Essencialmente, a direita radical acredita no poder popular, já a direita ultraradical não.

Ao reconhecerem que a noção de tecnopolíticas possui seus limites, podendo parecer certo paradoxismo, Sabariego e Caballero (2022) destacam que o principal problema que esse diagnóstico evidencia reside em que, atualmente, assistimos à subserviência da política em relação à tecnologia, especialmente pelas redes sociais e pelos serviços de mensagens privadas da internet. Isso configura uma verdadeira pós-política, uma pós-democracia, ao acabar com a esfera pública e instaurar o regime da pós-verdade e uma espécie de encapsulamento social.

Em seu artigo intitulado “Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático”, Christian Dunker (2019) afirma que o maior risco para a democracia brasileira está relacionado aos discursos que envolvem o que Theodor Adorno chamou de “síndrome fascista”, cujo *afeto dominante* se fundamenta no *ódio segregativo*. Para o autor, existiria “uma *redução dualista* das pessoas, como *líder-seguidor* ou *vencedor-fracassado*. Bem como uma projeção essencialista do inimigo. Aqui, predomina a identificação de massa e uma espécie de *reação hipnótica de ódio* que age por contaminação” (Dunker 2019, 128, grifos no original).

Nesse caso, o afeto produzido por meio de um ódio segregativo que opera nas plataformas digitais por meio de uma reação hipnótica também parece ficar evidente na interpretação de Giuliano da Empoli (2019), a partir de seu livro *Os engenheiros do caos*, que evidencia a relação entre a extrema direita internacional e sua atuação política nas redes sociais. Conforme argumenta o autor, no contexto em que havia certa hegemonia dos meios de comunicação corporativos, tais como jornal, rádio e televisão, existia uma tendência *centrípeta*: quanto mais consensuais e amplas as coligações e quanto maior tempo destinado à propaganda política institucional, maiores eram as chances de o candidato ser eleito.

Contudo, com a ascensão das plataformas digitais, passamos a nos deparar com um efeito contrário e, portanto, *centrífugo*. Em resumo, quanto mais radicalizado, mais polarizado, mais veemente e violento o discurso, maiores serão as chances de se obter um amplo alcance na difusão de conteúdo, já que as sugestões oferecidas por essas empresas decorrem do investimento em propaganda operado por meio de seus planos de negócio, que não se preocupam com a qualidade e veracidade das informações que circulam nesses espaços, mas com os ganhos resultantes desses investimentos.

Nesse mesmo sentido, Byung-Chul Han (2022, 54) argumenta que o “novo niilismo é um sintoma da sociedade da informação. À verdade é inerente uma força centrípeta que mantém uma sociedade junta e coesa. A força centrífuga inerente às informações destrói a coesão social”. Isso ocorre porque, segundo o autor, esse “novo niilismo tem lugar no interior desse processo destrutivo, no qual *o discurso também se desintegra em informações*, levando à *crise da democracia*” (Han 2022, 84, grifos no original).

Diante dos argumentos expostos, que versam sobre a ascensão da extrema direita concomitantemente com a intensificação do uso das plataformas digitais, resultando em uma ruptura nas democracias liberais (Castells 2018), o artigo apresentado envolve esforços que visam compreender sobre o processo de renascimento de discursos proferidos por sujeitos, grupos e empresas que se reconhecem como conservadores no Brasil, a partir da atuação de Olavo de Carvalho — o principal responsável pela seleção de livros publicados por autores da extrema direita estadunidense no Brasil, em especial, anticomunistas macartistas neoliberais e neoconservadores (Rosa *et al.* 2024).

Do ponto de vista metodológico, o artigo parte de uma perspectiva genealógica, amparada na analítica foucaultiana, a fim de compreender as forças em disputa nesse campo agonístico, composto por dispositivos que operam em dimensões políticas, econômicas, securitárias e tecnológicas (Foucault [1976] 2000). Essas dimensões, ao se articularem, permitiram a ascensão de novos modos de subjetivação produzidos pelas empresas do

Vale do Silício, que não somente exportaram o seu domínio pelo planeta no século 21, colonizando dados (Couldry e Ali Mejias 2019) e modulando comportamentos (Zuboff 2020), mas também produziram um novo sujeito histórico: um novo *homo oeconomicus*, caracterizado pela concorrência, pela competição e pelo risco, conduzido pelo que Foucault ([1979] 2008) denominou “racionalidade neoliberal americana” e constantemente motivado por ganhos: o *empresário de si*.

Não obstante, ainda é necessário mencionar que parte da pesquisa apresentada neste artigo decorre de estudos realizados anteriormente pelos autores a partir de investigações que interseccionam conservadorismo e plataforma através de procedimentos cartográficos. Abarcaram uma etnografia mobilizada a partir da técnica da *espreita (lurker)*, tendo sido realizada com sujeitos, grupos e empresas que se reconhecem como conservadores e que atuam em seus perfis a partir de plataformas digitais, como Facebook, Instagram, YouTube e WhatsApp (Rosa *et al.* 2024; Rosa *et al.* 2025).

O texto apresentado está estruturado em duas seções: a primeira propõe uma genealogia dos discursos produzidos no Vale do Silício e seus cinco distintos momentos históricos, evidenciando as forças sociais, políticas e econômicas que se encontravam em disputa à época, a partir das análises de Éric Sadin (2018) sobre a *silicolonização do mundo*; a segunda seção apresenta o *tecnoservadorismo brasileiro*, não apenas identificando o seu lastro e a sua relação com a extrema direita internacional, em especial, a estadunidense, como também propondo uma cartografia que expõe a articulação de uma rede composta por distintos sujeitos, grupos e empresas que se reconhecem como conservadores e que atuam exitosamente nas redes sociais, a partir das análises de Rosa *et al.* (2024). Todavia, é importante mencionar que a hipótese apresentada pressupõe que o tecnoservadorismo brasileiro seria um efeito da silicolonização do mundo (Sadin 2018).

A hipótese da silicolonização do mundo

A posse de Donald Trump em seu segundo mandato à presidência dos Estados Unidos, ocorrida no dia 20 de janeiro de 2025, foi bastante significativa dos pontos de vista cultural, político, econômico e securitário, não apenas por expor a influência das maiores empresas capitalistas da história no governo daquele país (Da Empoli 2019) e de outros países (Mello 2020), mas também por evidenciar a força neoconservadora conduzida pela agenda *Make America great again* (MAGA), que nasceu na campanha presidencial de Ronald Reagan, em 1980. Embora suas propostas não tenham sido acolhidas imediatamente pelo parlamento à época, a instauração de uma ordem econômica baseada na desregulamentação defendida por Milton Friedman e os Chicago Boys foi levada adiante em seu governo (Sadin 2018), influenciando países latino-americanos, conforme ocorreu com o Brasil.

No entanto, é necessário mencionar que, na década precedente, ou seja, no começo dos anos 1970, os Estados Unidos, e em especial o estado da Califórnia, figuravam como a grande vanguarda difusora da contracultura, por meio de sua música e de movimentos sociais e psicodélicos, evidenciando um espírito libertário que implementava de maneira multiforme sua influência sobre jovens em busca de posições mais autênticas, à margem de uma América que parecia fixada em valores restritos ao trabalho, à família e ao consumo. Para Éric Sadin (2018, 24), esse sopro utópico sustentado pelo sonho de mudar de vida se esgotou nos anos 1970, seguindo uma trilha menos encantadora e, conseqüentemente, mais fria, que acabou se tornando hegemônica, justamente por optar por um caminho que privilegia a iniciativa empresarial como um estilo de vida.

Aqui, é necessário mencionar os estudos apresentados por Michel Foucault ([1979] 2008) sobre o nascimento do que chamou de “racionalidade neoliberal americana”, marcada pelo surgimento de um novo sujeito histórico em meados do século 20 e, portanto, um novo

homo oeconomicus, caracterizado pela concorrência no lugar da troca. Segundo o autor, o neoliberalismo estadunidense nasceu a partir de uma crítica keynesiana, principalmente através dos pactos sociais de guerra e do crescimento da administração federal por meio de seus programas econômico. No entanto, embora defendesse a mínima intervenção do Estado na economia, os empreendimentos do Vale do Silício contaram com fortes investimentos tanto de setores privados quanto de setores públicos, sobretudo oriundos de uma agenda securitária.

Foucault ([1979] 2008) argumenta que, embora existam diferenças significativas entre os modelos liberais de economia dos Estados Unidos, da Alemanha e da França, o neoliberalismo estadunidense — que emerge com Ronald Reagan, em 1980 — se diferencia dos demais justamente por não ser uma mera teoria econômica, tampouco uma ideologia política, mas uma maneira específica de pensar, de orientar condutas e de se posicionar no mundo. Isso fica evidente quando se observa que, enquanto na França ou na Alemanha o contencioso dos indivíduos com o Estado girava em torno de problemas relacionados aos serviços públicos, nos Estados Unidos, esse conflito dizia respeito, sobretudo, às liberdades. Talvez seja por isso que o neoliberalismo em vigor nos Estados Unidos desde 1980 não se apresente apenas como uma alternativa política e econômica, mas também como uma reivindicação global, multiforme e ambígua, que passa a ser apresentado tanto como o único modo de pensamento possível quanto como o único modo viável de vida.

Partindo da analítica foucaultiana, fundamentada na ideia de que seria necessário certo tipo de liberalismo que fosse um pensamento vivo, conforme destacou o economista austríaco Friedrich von Hayek ([1944] 2022), o neoliberalismo que ascendeu nos Estados Unidos não passou a atuar como mera alternativa técnica de governo, mas como um novo modo de pensar, um novo estilo geral de pensamento, de análise, de imaginação e de racionalidade, que acabou sendo governamentalizado e, portanto, tomado como referência imprescindível na análise das ações humanas.

No neoliberalismo — e ele não esconde, ele proclama isso — também vai-se encontrar uma teoria do *homo oeconomicus*, mas como o *homo oeconomicus*, aqui, não é em absoluto um parceiro da troca. O *homo oeconomicus* é um empresário, e um empresário de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o *homo oeconomicus*, parceiro da troca por um *homo oeconomicus* empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda. (Foucault [1979] 2008, 310-311)

Ao constatar que, no neoliberalismo estadunidense, todos os indivíduos são transformados em sujeitos-empresa, além de estarem inscritos na lógica da concorrência, Foucault ([1979] 2008) identificou a existência de certa sujeição ao aprimoramento de qualidades inatas ou adquiridas que deveriam ser utilizadas na maximização de suas potencialidades, gerando rendas decorrentes do capital humano que possuem. Assim, se, do ponto de vista macro, o neoliberalismo buscou restringir a razão do Estado na procura pela eliminação de eventuais excessos conduzidos pelos governos, do ponto de vista individual, instaurou uma racionalidade firmada no autocontrole, regulado por tecnologias de governo que visam orientar condutas na administração dos eventuais excessos dos impulsos.

Os teóricos do capital humano, e em especial Gary Becker (1975), que, segundo Foucault ([1979] 2008), seria o autor neoliberal mais radical dessa vertente estadunidense, argumentam que os comportamentos e condutas dos indivíduos deveriam ser tomados como elementos primordiais nas análises econômicas. Desse modo, a chamada “conduta racional”, enfatizada por Becker (1957), pressupõe que todo comportamento deveria visar à

otimização de recursos, sendo sensível a modificações de variáveis dadas pelo meio, tendo em vista que a racionalidade não apenas se aplica a contextos econômicos — como consumo e produção —, mas também a áreas mais amplas da vida social — como educação, casamento, criminalidade e até mesmo discriminação —, já que as pessoas estariam sempre avaliando as alternativas disponíveis, escolhendo aquelas que acreditam ter maior recompensa.

Ao tomar as análises de Nancy Fraser (2021) sobre as duas principais forças políticas existentes nos Estados Unidos nas últimas décadas, é possível identificar tanto um viés progressista quanto reacionário. No entanto, segundo a autora, ambos compartilham de uma mesma racionalidade e, portanto, de uma mesma governamentalidade neoliberal, conduzida por certo tipo de empreendedorismo, marcado pelo utilitarismo instrumentalizado sempre em termos de ganhos, que passou a incidir sobre todas as dimensões da vida cotidiana (Foucault [1979] 2008).

Segundo Fraser (2021), antes de Trump, o bloco hegemônico que dominava a política nos Estados Unidos era o *neoliberalismo progressista*, caracterizado pela articulação real e poderosa de segmentos improváveis que também atuavam no interior do Partido Democrata, combinando programa econômico, expropriativo e plutocrático com política de reconhecimento liberal-meritocrático: “por um lado, as principais correntes liberais dos novos movimentos sociais (feminismo, antirracismo, multiculturalismo, ambientalismo e ativismo pelos direitos LGBTIQ+); por outro lado, os setores mais dinâmicos, de ponta, ‘simbólico’ e financeiros da economia dos EUA (Wall Street, Vale do Silício e Hollywood)” (Fraser 2021, 39).

Além do neoliberalismo progressista, Fraser (2021) também identifica o seu principal adversário, que seria justamente o que a autora chamou de “neoliberalismo reacionário”, alojado principalmente no Partido Republicano. Esse neoliberalismo é caracterizado por uma visão negativa acerca do papel do Estado na garantia da justiça social e da equidade de direitos, constituindo-se, portanto, a partir de um viés etnonacionalista, anti-imigrante, pró-cristão, posicionando-se recorrentemente de forma xenófoba, racista, patriarcal e homofóbica. No entanto, a autora argumenta que, “nas grandes questões da economia política, o neoliberalismo reacionário não se diferencia substancialmente de seu rival progressista-neoliberal” (Fraser 2021, 45).

Assim, se a *racionalidade neoliberal americana*, descrita por Foucault ([1979] 2008), enfatiza a conversão da forma-empresa em todas as dimensões da vida que culmina com o empreendedor de si como novo sujeito histórico, Fraser (2021) expande essa análise ao propor uma distinção entre o *neoliberalismo progressista* e o *neoliberalismo reacionário*. Conforme a autora, o primeiro combinaria políticas identitárias com economia de mercado, promovendo certa inclusão superficial, na medida em que mantém desigualdades estruturais; enquanto o segundo alia a lógica de mercado ao conservadorismo autoritário, usando retórica nacionalista e exclusão social. Contudo, ambos perpetuam a racionalidade neoliberal ao subordinar a vida ao capital, seja por meio de uma fachada progressista, seja de um viés autoritário, reforçando a crítica de Foucault ([1979] 2008) sobre a governamentalidade neoliberal. Algo semelhante também pode ser identificado, ainda que por outras vias, nas análises sobre o neoliberalismo produzidas por autoras como Wendy Brown (2019) e Judith Butler (2021).

Em suas investigações sobre o atual fenômeno da silicolonização do mundo, Sadin (2018) apresentou os cinco momentos distintos, marcados por forças sociais, políticas, econômicas e securitárias que se encontravam em disputa nesse campo agonístico (Foucault [1976] 2000), envolvendo os modos de subjetivação que foram construídos no Vale do Silício a partir dos anos 1970.

O primeiro deles, identificado pelo autor entre os anos 1970 e 1980, surgiu de uma cultura libertária e utópica, influenciada pelo movimento *hippie* e pela contracultura californiana. À época, a tecnologia era vista como uma ferramenta de emancipação individual e coletiva, capaz de desafiar estruturas de poder tradicionais. Figuras como Steve Jobs e Steve Wozniak personificavam esse ideal, promovendo a ideia de que os computadores poderiam democratizar o conhecimento e empoderar as pessoas. Esse período foi marcado por uma visão otimista acerca da inovação tecnológica, associada à liberdade e à criatividade, porém já se faziam presentes os germes da racionalidade neoliberal americana (Foucault [1979] 2008), que, posteriormente, levariam à concentração de poder, à mercantilização, ao controle e à vigilância da vida por vias digitais.

Após a consolidação do neoliberalismo, ocorrido na passagem da década de 1970 para a de 1980, nos Estados Unidos, com o governo de Ronald Reagan, é possível identificar um segundo momento do Vale do Silício, que se desenvolve nos 1990, repercutindo diretamente no cenário internacional, já que diversos países começam a adotá-lo, resultando na expansão da internet como um espaço comercial. Naquele contexto, a web se elevou à condição de território da pretensa liberdade e inovação crescentes, a partir do qual *startups* e empreendedores prosperavam (Sadin 2018).

Empresas como Amazon e Google, que foram criadas em 1994 e 1998, respectivamente, capitalizaram-se por meio de uma ideia que se fundamentava na crença acerca da existência de um mercado global conectado e sem fronteiras. A partir daí, a tecnologia passou a ser tratada não apenas como uma ferramenta de emancipação, mas também como um motor de crescimento econômico e eficiência, em que a lógica de mercado se sobrepõe aos ideais utópicos iniciais, fazendo com que o Vale do Silício começasse a moldar uma nova ordem econômica, baseada na coleta massiva de dados e na intermediação da vida por meio da internet (Sadin 2018).

No terceiro momento do Vale do Silício, que aconteceu durante a década de 2000, presenciava-se a ascensão das plataformas digitais, a exemplo de Facebook, Google e Amazon, que passaram a intermediar a vida social, econômica e cultural com muito mais intensidade. Essas empresas consolidaram um modelo de negócios baseado na coleta massiva de dados e na monetização da atenção de seus usuários. Diante disso, a tecnologia, antes vista como libertadora, torna-se um instrumento de controle e vigilância, com algoritmos influenciando comportamentos e decisões, conforme averiguou Sadin (2018). É nesse contexto que o Vale do Silício expande seu poder de forma jamais vista na história, marcando a transição para uma sociedade cada vez mais dependente das infraestruturas digitais, operada sob a lógica da eficiência e da predição.

No quarto momento do Vale do Silício, que ocorre a partir de 2010, a inteligência artificial e a *big data* assumem um papel central na governança global, conforme constatou Sadin (2018). Empresas como Google, Amazon e Facebook intensificaram a coleta massiva e a análise de dados, buscando prever e moldar comportamentos humanos. A inteligência artificial passa a ser aplicada em diversos setores, que vão desde saúde até transporte, prometendo eficiência e personalização. No entanto, ocorre o contrário, tendo em vista que essa evolução reforça a concentração de poder e vigilância, com algoritmos influenciando decisões políticas, econômicas e sociais. É nesse momento que o Vale do Silício se consolida como uma força hegemônica, redefinindo a vida cotidiana e as relações humanas sob uma lógica tecnocrática e utilitarista por meio da intensificação do uso de plataformas digitais.

Por fim, é no quinto e último momento do Vale do Silício, ocorrido no tempo presente, que Sadin (2018) apresenta a hipótese da *silicolonização do mundo*, em que a visão tecnocrática dos empreendedores do século 21 busca remodelar o mundo segundo sua própria lógica.

Empresas como Apple, Amazon, Alphabet, Meta, Microsoft, entre outras, expandem seu domínio, influenciando governos e instituições, a partir do uso cada vez mais intenso da inteligência artificial, da automação e da internet das coisas, promovendo uma pretensa eficiência em todos os aspectos da vida. No entanto, agravam a dependência e o controle exercido por essas corporações, já que a ética e a privacidade são frequentemente sacrificadas em nome da inovação. Nesse estágio, o Vale do Silício não apenas insufla, mas também redefine as estruturas políticas, econômicas, sociais, culturais e securitárias, prescrevendo uma visão de futuro em que a tecnologia dita as regras, enquanto os valores humanos se subordinam à lógica algorítmica.

Embora existam distintas variantes do reacionarismo neoliberal constatado por Nancy Fraser (2021), ao mencionar as duas principais forças políticas que emergem nos Estados Unidos no século 21, abarcando representantes tanto da direita radical quanto da direita ultraradical (Mudde 2022), certamente a extrema direita daquele país tem como um de seus principais ícones Friedrich von Hayek ([1944] 2022). Conforme Sadin (2018), esse economista anticomunista, que se opõe veementemente ao intervencionismo e ao coletivismo — laureado com o prêmio Nobel de economia em 1974 e que figura como o principal autor da Escola Austríaca de Economia —, não apenas se apresenta como o grande teórico do neoliberalismo e da economia de mercado, como também embasa a ideologia do Vale do Silício com seu *liberalismo autoritário* (Chamayou 2022; Amaral *et al.* 2024), que promove a descentralização e a autorregulação dos sistemas.

A perspectiva econômica apresentada por Hayek ([1944] 2022) parte do princípio de que o conhecimento disperso na sociedade pode ser coordenado com mais eficiência e eficácia se ocorrer por meio daqueles mecanismos de mercado, como preços e algoritmos, ecoando diretamente na lógica das plataformas digitais. A inteligência artificial e os algoritmos, ao processarem dados massivos, passariam a operar como uma espécie de “ordem espontânea” digital, que reforça a vigilância e o controle. É desse modo que o pensamento de Hayek sustenta a “silicolonização do mundo”, a partir da qual a tecnologia redefine a sociedade sob uma lógica tecnocrática e utilitarista, convertendo todas as dimensões da vida em negócios, conduzidos por cálculos e ganhos, conforme mostrou Foucault ([1979] 2008).

Não obstante, além de Hayek ([1944] 2022), o Vale do Silício também contou com a influência direta de Ray Kurzweil, com sua visão futurista da singularidade tecnológica, e Kevin Kelly, que promoveu a ideia de que a tecnologia seria uma força natural (Sadin 2018), além de seus alunos anarcocapitalistas Murray Rothbard ([1973] 2013 e [1974] 2019) e Hans-Hermann Hoppe (2018), que foram figuras proeminentes da Escola Austríaca de Economia e do libertarianismo, influenciando o *ethos* do Vale do Silício com suas ideias sobre liberdade individual, mercados descentralizados e ceticismo em relação ao Estado.

Rothbard ([1973] 2013 e [1974] 2019), com sua defesa do anarcocapitalismo, promoveu a ideia de que a cooperação voluntária e a propriedade privada seriam suficientes para organizar a sociedade, repercutindo uma visão empreendedora que via a tecnologia como forma para desafiar regulamentações estatais. Já Hoppe (2018), ao expandir essas ideias, enfatizou a importância da autopropriedade e da ordem natural dos mercados, alinhando-se à cultura libertária do Vale do Silício. Esses pensamentos ajudaram a moldar uma mentalidade que valoriza a inovação disruptiva, a descentralização e a minimização da interferência governamental, elementos centrais em sua formação e desenvolvimento.

Todavia, a difusão dessa agenda capitaneada por distintas variantes extremistas do reacionarismo neoliberal (Fraser 2021) só chegou ao Brasil com força na segunda metade dos anos 1990, a partir da influência do escritor conservador brasileiro Olavo de Carvalho. Ele foi o responsável pela seleção desse tipo de literatura produzida pela extrema direita

estadunidense anticomunista, que passou a ser traduzida por editoras brasileiras, contando com autores como Russel Kirk ([1993] 2014 e [1953] 2020), Thomas Sowell ([1996] 2023), Eric Voegelin (2011), Roger Scruton ([1985] 2014 e [1980] 2015), além de Staton Samenow ([1984] 2020) e Lyle Rossiter (2016), entre muitos outros, que atuaram diretamente no governo de Ronald Reagan, participando, portanto, do MAGA.

Nascimento do tecnoconservadorismo brasileiro

A importante presença de autores estadunidenses que participavam do círculo político de Ronald Reagan e que passaram a figurar no mercado editorial brasileiro a partir do final da década de 1990 não foi mera coincidência, tampouco um fenômeno exclusivamente cultural. Processos seletivos de tradução e difusão dessas obras conduzidas por Olavo de Carvalho possibilitaram que as bases de um novo regime de verdade tecnoconservador fossem semeadas, culminando com sua consolidação no século 21. Sob a liderança desse escritor conservador que coadunou diferentes forças difusas da extrema direita brasileira, esse projeto encontrou, nas plataformas digitais, um instrumento que possibilitaria certa sujeição algorítmica, permitindo a eficaz mobilização tecnopolítica dessas ideias importadas (Rosa *et al.* 2024).

Olavo de Carvalho ([1994] 2018) não apenas selecionou o livro *A mente esquerdista*, de Lyle H. Rossiter (2016), como também promoveu a circulação de *A mente criminoso*, de Stanton Samenow ([1984] 2020), que são importantes exemplos a serem analisados. Rossiter (2016), um psiquiatra estadunidense que atuou como perito no governo Reagan (1980-1989), alinhado à sua política de “lei e ordem”, teve sua obra utilizada para afirmar que integrantes de movimentos de esquerda representariam um “perigo biológico”, já que padeceriam de transtornos mentais decorrentes de sua “mentalidade revolucionária” (Rosa *et al.* 2024). Já a obra de Samenow ([1984] 2020), embora seu autor não tenha atuado diretamente no governo que inaugurou a agenda MAGA, influenciou diretamente os seus discursos. O psicólogo, que adota uma perspectiva abertamente neolombrosiana, defendendo a tese de que criminosos não são produtos do ambiente, mas sim “erros cognitivos voluntários”, também se apropriou da teoria da escolha racional (Becker 1957) para sustentar argumentos no campo criminal, respaldando políticas proibicionistas como a “guerra às drogas” e o encarceramento em massa.

No livro *Tecnoconservadorismo e o Brasil paralelo*, Rosa *et al.* (2024) analisam como a combinação entre tecnologias digitais e discursos extremistas proferidos por sujeitos, grupos e empresas que se reconhecem como conservadoras no Brasil, criaram um eficaz mecanismo de dominação e controle social. Nesse sentido, o termo “tecnoconservadorismo” descreve a apropriação de ferramentas tecnológicas (redes sociais, algoritmos, inteligência artificial, *fake news* e desinformação) por distintos agentes políticos associados à extrema direita, buscando disseminar valores tradicionais e reforçar hierarquias sociais, na medida em que amplia seu poder a partir da emergência do *liberalismo autoritário* (Chamayou 2022; Amaral *et al.* 2024).

Em seu livro *A sociedade ingovernável*, Grégoire Chamayou (2022) analisou a paradoxal aliança entre o liberalismo econômico concorrencial proposto por Hayek ([1944] 2022) e o decisionismo autoritário conduzido por Schmitt ([1932] 2015), que culminou com o chamado “liberalismo autoritário”. Essa fusão paradoxal une a defesa radical do mercado livre à necessidade de um Estado forte para impô-lo, especialmente em contextos de crise. Nesse caso, enquanto Hayek ([1944] 2022) entendia o mercado como um sistema autorregulado, superior ao planejamento estatal, pois qualquer intervenção governamental na economia geraria distorções que ameaçariam a liberdade individual; o jurista conservador e teórico do autoritarismo Carl Schmitt ([1932] 2015) defendia que a soberania

política se manifestava justamente no “estado de exceção”, em que o governante poderia suspender a lei para garantir a ordem. Diante disso, Chamayou (2022) argumenta que o liberalismo autoritário seria um projeto que usa o Estado não para limitar o mercado, mas para impô-lo à sociedade, mesmo que seja pelo uso força.

O livro publicado em 1994, intitulado *A nova era e a revolução cultural*, escrito por Olavo de Carvalho ([1994] 2014), foi um marco na literatura brasileira ao congregar distintos e difusos segmentos da extrema direita. A obra foi mobilizada como principal referência bibliográfica política por militares, grande parte do empresariado liberal, agremiações cristãs conservadoras, além de diversos outros segmentos corporativos, bem como sujeitos, grupos e empresas que passaram a se identificar com o conservadorismo. Seu propósito era legitimar um amplo processo de ataque e desqualificação contra aqueles que eram associados à esquerda, assumindo abertamente uma abordagem anticomunista (Rosa et al. 2024).

No livro mencionado, Olavo de Carvalho ([1994] 2014) afirma que grupos políticos associados à esquerda teriam se organizado internacionalmente durante o século 20 em torno de um projeto gramsciano amparado na articulação de uma revolução cultural que visaria destruir os valores ocidentais sustentados por princípios oriundos da tradição judaico-cristã. Para que isso de fato acontecesse, seria necessário abandonar a luta de classes proposta pelo marxismo, a fim de se estruturar em outras frentes conduzidas por movimentos indígenas, feministas, LGBTIQAPN+, negros, ambientalistas, em defesa dos direitos humanos, regulamentação de substâncias psicoativas ilícitas, aborto etc. Coincidentemente, “o alvo escolhido pelo escritor conservador brasileiro foram aqueles movimentos sociais historicamente organizados em torno de grupos subalternos que desde o colonialismo padecem dos mais variados preconceitos e perseguições” (Rosa et al. 2024, 28).

Essa visão de mundo difundida por Olavo de Carvalho, sobretudo a partir da publicação desse livro, assim como suas estratégias mobilizadoras desse tipo de afeto odioso associado à suposta ameaça comunista ainda em vigor no século 21, não apenas passou a circular como verdade para as Forças Armadas brasileiras (Leirner 2020), para os institutos liberais (Casimiro 2016), para os diferentes segmentos do cristianismo (Lacerda 2019), entre outros, como também foi galgando cada vez mais espaço nos mais variados setores da sociedade, alcançando médicos, juízes, promotores, delegados, policiais, professores, psicólogos, psiquiatras etc. Isso porque, para o autor, “o marxismo cultural tornou-se a influência predominante nas universidades, na mídia, no *show business* e nos meios editoriais do Ocidente” (Carvalho [1994] 2014, 162).

A abordagem de Olavo de Carvalho ([1994] 2014, 162) inaugurou um novo tipo de conservadorismo ou reacionarismo tecnopolítico à brasileira — um *tecnoservadorismo* —, tendo em vista que o autor compreendia que, “por meio do marxismo cultural, toda a cultura transformou-se numa máquina de guerra contra si mesma, não sobrando espaço para mais nada”. Contudo, também é necessário mencionar que a constituição desse *ecosistema tecnoservador* só se tornou possível em decorrência da confluência dessas diferentes forças difusas que passaram a se articular em torno do anticomunismo, resultando na composição de um *diagrama conservador* conduzido por Olavo de Carvalho (Rosa et al. 2024).

Ao compreender com mais profundidade sobre o monopólio do Google e, consequentemente, do YouTube, na difusão de informações que operam como verdades selecionadas por critérios publicitários decorrentes da comercialização dos dados de seus usuários, torna-se possível visualizar um esquema do tecnoservadorismo à brasileira (Rosa et al. 2024).

Este se encontra composto por:

- i. imprensa alternativa, na qual a *Jovem Pan* e a *Brasil Paralelo* ocupam um lugar central, juntamente com *Revista Oeste*, *Gazeta do Povo*, *Braddock Show*, *Fio Diário*, *Brasil Sem Medo*, entre muitas outras;
- ii. editoras, a exemplo da Vide Editorial, LVM (Ludwig Von Mises), IPCO (Instituto Plínio Corrêa de Oliveira), Avis Raras, É realizações, Record, Ecclesiae, Danubio Armada, E.D.A. (Educação, Direito e Alta Cultura), Novo Conceito etc.;
- iii. redes de editoras, tais como a CEDET e o Faro Editorial;
- iv. editoras parceiras, tais como PH Vox, Crux, Cântico, Alan Schramm, Arcadia, Vertus, Tesouros Católicos etc.;
- v. livrarias virtuais, que, por meio da tradução, publicação e difusão de livros com esse viés político, buscam conferir certa legitimidade às suas visões de mundo, a exemplo de Livraria Instituto Borborema, BSM, Vista Pátria, Daniel Lopez, Alexandre Costa, Ana Caroline Campagolo, Guilherme Freire, Bene Barbosa, Roberto Motta, Nikolas Ferreira, Italo Marsilli, Thomas Giuliano, Rodrigo Constantino etc.;
- vi. influenciadores digitais, com centenas de milhares ou até milhões de seguidores, que vendem e divulgam livros em seus canais no YouTube, a exemplo dos nomes mencionados acima, e que atuam em suas livrarias virtuais;
- vii. eventos nacionais e internacionais, a exemplo do Congresso Brasil Conservador, Congresso Nação Conservadora, CCB-USA, entre muitos outros — em especial, o CPAC, que tem sido organizado nos Estados Unidos por grupos de extrema direita desde 1973, tendo edições anuais no Brasil durante o governo de Jair Bolsonaro;
- viii. grupos religiosos de tradição cristã, oriundos das mais diversas denominações católicas e protestantes;
- ix. militares, em especial aqueles que estavam na reserva e que participaram do Clube Militar, do Clube Naval e da AMAN, além de institutos associados às Forças Armadas brasileiras, tais como o Instituto Sagres, Instituto Federalista, Instituto Vilas Boas etc.;
- x. empresários dos mais variados segmentos, em destaque os que passaram por formação oferecida por institutos liberais;
- xi. entre outros segmentos sociais que almejam orientar condutas e verdades a partir de uma agenda neoconservadora articulada por meio das plataformas digitais.

A articulação desse esquema do tecnocconservadorismo brasileiro, operacionalizada por meio das plataformas digitais, possibilitou a disseminação de conteúdos extremistas e de desinformação produzidos por empresas que investem massivamente em publicidade. Um caso emblemático é o da *Brasil Paralelo*, que se tornou a maior anunciante do país no YouTube (Alphabet) e no Facebook (Meta) nos últimos anos. Esse poderio financeiro e midiático permitiu a modulação dos fatos e a criação de uma “verdade paralela”, cujo principal objetivo é impor um novo regime de verdade tecnocconservador à sociedade (Rosa *et al.* 2024).

Segundo João Cezar de Castro Rocha (2021), foi Olavo de Carvalho quem construiu esse sistema de crenças do tecnocconservadorismo brasileiro que emerge no século 21, na medida em que organizou essas distintas camadas de subjetivação por vias platformizadas,

possibilitando a emergência de um novo regime de verdade. Entretanto, para que esses discursos tivessem legitimidade, foi necessário importar autores e teorias dos Estados Unidos, a partir da seleção de escritores, livros e suas consequentes traduções, para que esses textos passassem a circular em todo o país, sendo comercializados por diferentes editoras, que contaram com a curadoria de Olavo de Carvalho.

O encadeamento dessas três forças políticas — militares (Leirner 2020), institutos liberais (Casimiro 2016) e grupos cristãos (Lacerda 2019) e demais — passou a ser utilizado por meio dessas referências bibliográficas selecionadas por Olavo de Carvalho na legitimação de certa visão de mundo amparada em um movimento político que nasce e se desenvolve partir da década de 1950 como *Moderno movimento conservador dos Estados Unidos* (Souza 2021), exercendo uma grande influência na política brasileira, principalmente no início do século 21. Na pesquisa de Marina Lacerda (2019), a autora identificou as principais características desse movimento político, que ganha maior notoriedade a partir da atuação de Ronald Reagan na presidência dos Estados Unidos, além de apresentar uma definição que pode ser averiguada nas pautas defendidas por pessoas, grupos e empresas que se reconhecem como conservadoras no Brasil, que passaram a utilizar as plataformas digitais para finalidades políticas. A autora afirma que:

O neoconservadorismo é um movimento político que forjou um ideário privatista (defende o predomínio do poder privado da família e das corporações), antilibertário (a favor da interferência pública em aspectos da vida pessoal), neoliberal (contra a intervenção do Estado para redução das desigualdades), conservador (articula-se em reação ao Estado de bem-estar, ao movimento feminista e LGBT) e de direita (se opõe a movimentos reivindicatórios que buscam maior igualdade de direitos). Enquanto ideário, o neoconservadorismo é, como mencionado, um conjunto de preferências, um modo de pensamento, uma mentalidade que alia militarismo externo e interno, absolutismo do livre mercado e valores da direita cristã, além de apoio ao movimento sionista. (Lacerda 2019, 58)

Na busca pela identificação de suas diferentes tradições, a autora recorreu às análises de Samuel Huntington (1957), que apresenta três teorias que envolvem o conservadorismo: (i) a *aristocrática*, que se ampara nas análises de Karl Mannheim (1953) acerca da tendência psicológica de cada indivíduo de resistir a mudanças; (ii) a *autônoma*, que toma os textos de Russel Kirk ([1993] 2014 e [1953] 2020) como referência acerca da defesa da preservação das antigas tradições morais da humanidade, identificando-as como um sistema de ideias ou princípios que atuam em um campo supostamente imune ao contágio ideológico promovido pela esquerda (Esposito 2017); e (iii) a *situacional*, da qual o próprio Huntington (1957) se coloca como tributário, uma vez que “de acordo com esta perspectiva, o conservadorismo é posicional e se desenvolve conforme necessidades históricas” (Lacerda 2019, 24).

Nesse caso, a influência do conservadorismo de Olavo de Carvalho importado dos Estados Unidos sobre as Forças Armadas brasileiras não foi apenas analisada por Leirner (2020), como também é possível de ser identificada no livro *A verdade sufocada*, escrito pelo General Carlos Alberto Brilhante Ustra (2018), que se fundamenta no projeto Orvil, conduzido pelos militares nos anos 1980 como resposta ao livro *Brasil nunca mais* (Arns [1985] 2014), conforme identificou Rocha (2021). Nesse texto redigido pelo único militar condenado por tortura após o período da ditadura empresarial-militar brasileira e que figura como o livro de cabeceira do ex-presidente Jair Bolsonaro, é possível encontrar um exemplo da chamada “guerra neocortical”, operada no Brasil por meio das *operações psicológicas* (Ops), que, por meio da grande inversão, almejam alterar a percepção dos brasileiros sobre esse período iniciado em 1964 (Leirner 2020), a fim de instituir um novo regime de verdade sobre esse período.

Aliás, não apenas a agenda defendida por Olavo de Carvalho, mas também o próprio autor são mencionados nesse livro, escrito pelo ex-chefe do DOI-CODI, que atuou nessa instituição de 1970 a 1974, apesar de suas diferenças. Inclusive, a pretensa tese incorporada pelos militares acerca da guerra cultural gramsciana e sua consequente articulação em torno do Foro de São Paulo, do globalismo, da Nova Ordem Mundial etc. decorre justamente dos cursos ministrados por Olavo de Carvalho em diversas instituições das Forças Armadas brasileiras a partir dos anos 1990 (Leirner 2020). Um exemplo dessa influência pode ser observado na citação do livro do general Carlos Alberto Brilhante Ustra (2018, 596), em que o autor afirma que os diretores do Foro de São Paulo decidiram adotar formalmente os seguintes movimentos para descaracterizar as suas intenções:

- o indigenismo – quando afirmam defender os direitos dos indígenas, na verdade estão estimulando a formação de grupos guerrilheiros (Exército Zapatista de Libertação Nacional);
- o separatismo – ao argumentarem que os territórios ocupados pelas tribos indígenas pertencem a elas e não ao Estado;
- o ecologismo radical – ao alegarem a proteção ao meio ambiente, justificam a ação de terroristas, criando obstáculos a obras públicas de infraestrutura como rodovias e energia elétrica;
- a Teologia da Libertação – com o objetivo de dividir a Igreja Católica e justificar a violência cometida com argumentos supostamente cristãos.

Ao afirmar, em seu livro *A nova era e a revolução cultural*, que “as FARC são a força principal do Foro de São Paulo, que por sua vez é a única força política que existe no Brasil”, Olavo de Carvalho ([1994] 2014, 237) tornou possível a emergência de uma interpretação sobre a história do país que produziu um *novo regime de verdade tecnocconservador*. Esse regime passou a ser adotado no Brasil como verdade inquestionável por diferentes segmentos das Forças Armadas, empresários, religiosos etc., sendo difundido também por outros setores da sociedade, em especial pela direita radical e ultraradical (Mudde 2022). Sua consequência foi a negação de toda a corrupção, censura, perseguição, tortura e mortes associadas àquele período.

Considerações finais

O artigo apresentado analisou a relação entre a *silicolonização do mundo* (Sadin 2018) e o retorno da extrema direita no Brasil (Rosa *et al.* 2024) a partir do desenvolvimento tecnológico capitaneado pelos empreendedores do Vale do Silício, o que permitiu com que emergisse o chamado “tecnocconservadorismo brasileiro”, por meio de uma sujeição *tecnocconservadora*, conduzida por plataformas digitais, que culminou com a criação de um novo regime de verdade tecnopolítico.

Diante disso, o conceito de “empreendedorismo de si”, proposto por Foucault ([1979] 2008), descreve o indivíduo que gerencia a própria vida como um projeto e insere, nesse modo de existência, o discurso da racionalidade neoliberal estadunidense, voltado à maximização de recursos e competências, os quais passaram a ser instrumentalizados com a *silicolonização do mundo* (Sadin 2018). Nesse caso, temos uma lógica que foi amplificada pela tecnologia, em que plataformas digitais e algoritmos incentivam a autogestão constante, transformando dados pessoais em capital. A inteligência artificial e o *big data* reforçam essa dinâmica, não apenas promovendo eficiência e produtividade, mas também subordinando a vida humana a métricas e padrões algorítmicos. Desse modo, a “silicolonização” atualiza o “empresário de si” em um contexto tecnopolítico, em que a autonomia individual é cooptada por sistemas digitais que redefinem as relações sociais e econômicas.

A primeira seção do artigo apresentou os cinco distintos momentos do Vale do silício: o primeiro, iniciado nos anos 1970, esteve marcado pelo surgimento de uma cultura libertária e utópica, centrada na crença de que a tecnologia poderia emancipar os indivíduos, embora ainda contasse com a atuação do complexo militar industrial; no segundo, experienciado nos anos 1990, houve certa consolidação do neoliberalismo, com a internet comercializada como espaço de liberdade e inovação; o terceiro momento, vivido na década de 2000, evidenciou o surgimento da internet de plataforma, que passou a intermediar a vida social e econômica, concentrando o poder de uma forma jamais vista na história; no quarto, que foi experimentado de 2010 até 2018, a inteligência artificial e a coleta massiva de dados passaram a reforçar o controle das empresas sobre os indivíduos; e, por fim, o quinto e último momento foi marcado pelo tempo presente e caracterizado pela *silicolonização do mundo*, em que o Vale do Silício busca remodelar a vida planetária a partir de sua visão tecnocrática, impondo uma lógica de eficiência e predição que redefine as relações humanas e políticas (Sadin 2018).

Na segunda seção, foram expostas as bases que sustentam os discursos tecnoconservadores brasileiros, que só puderam ser construídos por meio da seleção, tradução e difusão de autores da extrema direita estadunidense, que foram importados pelo escritor conservador Olavo de Carvalho, a partir dos anos 1990. Nesse caso, foi apresentado ainda um esquema do tecnoconservadorismo brasileiro que evidencia o funcionamento desse ecossistema informacional. Nele, os veículos comunicacionais alternativos e paralelos, livros, editoras, editoras parceiras, rede de editoras, livrarias virtuais, influenciadores digitais, eventos nacionais e internacionais, grupos religiosos, militares, empresariais, entre muitos outros segmentos da sociedade, passaram a se articular na busca pela legitimação desse novo regime de verdade, que toma como referência a agenda inaugurada com Ronald Reagan e o MAGA, lançado em sua campanha em 1980.

O estudo procurou evidenciar os efeitos da extrema direita estadunidense, conduzida tanto por progressistas neoliberais quanto por reacionários neoliberais, que passaram a incidir no cenário político brasileiro, sobretudo no século 21, mediada pelas plataformas digitais, reconfigurando a política enquanto tecnopolítica. Assim, embora não tenha aprofundado a análise em diversos aspectos, a pesquisa apresentada pode ser compreendida como um esforço coletivo de analisar os impactos das plataformas digitais na política, a fim de compreender seus efeitos na sociedade brasileira.

Referências

1. Amaral, Augusto Jobim do, José Luís Ferraro e Ricardo Jacobsen Gloeckner. 2024. "Schmitt and Hayek: Origins of Authoritarian Liberalism and its Continuity in Neoliberal Thought". *Soft Power. Revista Euro-americana de Teoría e Historia de la Política y del Derecho* 11 (1): 173-191. <https://editorial.ucatolica.edu.co/index.php/SoftP/article/view/6855/5855>
2. Arns, Paulo E. (1985) 2014. *Brasil nunca mais*. Petrópolis: Vozes.
3. Becker, Gary. 1957. *The Economics of Discrimination*. Chicago: Chicago University Press.
4. Becker, Gary. 1975. *Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education*. Nova Iorque: Columbia University Press.
5. Brown, Wendy. 2019. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. Traduzido por Mario Antunes Marino e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Politéia.
6. Butler, Judith. 2021. *Discurso de ódio. Uma política do performativo*. Traduzido por Roberta Fabbri Viscardi. São Paulo: Unesp.
7. Carvalho, Olavo de. (1994) 2014. *A nova era e a revolução cultural: Fritjof Capra e Antonio Gramsci*. Campinas: Vide Editorial.
8. Casimiro, Flávio Henrique Calheiros. 2016. "A nova direita no Brasil: Aparelhos de ação político ideológica e a atualização das estratégias de dominação burguesa (1980-2014)". Tese de doutorado, Universidade Federal do Fluminense, Brasil. <https://app.uff.br/riuff/handle/1/13910>
9. Castells, Manuel. 2018. *Ruptura. La crisis de la democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar.

10. Ceolin, Arnon M. 2022. *Vale do Silício a contrapelo. Guerra, Estado e capital na formação histórica da utopia californiana*. São Paulo: Annablume.
11. Cesarino, Leticia. 2022. *O mundo do avesso: verdade e política na era digital*. São Paulo: Ubu.
12. Chamayou, Grégoire. 2022. *A sociedade ingovernável. Uma genealogia do liberalismo autoritário*. São Paulo: Ubu.
13. Couldry, Nick e Ulises Ali Mejias. 2019. *The Costs of Connection: How Data Is Colonizing Human Life and Appropriating It for Capitalism*. Stanford: Stanford University Press.
14. Da Empoli, Giuliano. 2019. *Os engenheiros do caos: como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições*. São Paulo: Vestígio.
15. Dunker, Christian. 2019. "Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático". Em *Democracia em risco? 22 Ensaio sobre o Brasil hoje*, 116-135. São Paulo: Companhia das Letras.
16. Esposito, Roberto. 2017. *Termos da política: comunidade, imunidade, biopolítica*. Curitiba: UFPR.
17. Foucault, Michel. (1976) 2000. *Em defesa da sociedade*. Traduzido por Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes.
18. Foucault, Michel. (1979) 2008. *Nascimento da biopolítica*. Traduzido por Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
19. Fraser, Nancy. 2021. *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. Traduzido por Gabriel Landi Fazzio. São Paulo: Autonomia Literária.
20. Han, Byung-Chul. 2022. *Infocracia: digitalização e a crise da democracia*. Traduzido por Gabriel S. Philipson. Petrópolis: Vozes.
21. Hayek, Friedrich V. (1944) 2022. *O caminho da servidão*. Traduzido por Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil.
22. Hoppe, Hans-Hermann. 2018. *Uma breve história do homem: progresso e declínio*. Traduzido por Paulo Polzonoff. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil.
23. Huntington, Samuel P. 1957. "Conservatism as an Ideology". *American Political Science Review* 51 (2): 454-473. https://ideas.repec.org/a/cup/apsrev/v51y1957i02p454-473_07.html
24. Kalil, Isabela Oliveira. 2018. "Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro". *Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo / Carta Capital*. <https://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2020/03/Relat%C3%B3rio-para-Site-FESPSP.pdf>
25. Kirk, Russel. (1993) 2014. *Política da prudência*. Traduzido por Gustavo Santos e Márcia Xavier de Brito. São Paulo: É realizações.
26. Kirk, Russel. (1953) 2020. *A mentalidade conservadora*. Traduzido por Márcia Xavier de Brito. São Paulo: É realizações.
27. Lacerda, Marina B. 2019. *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre: Zouk.
28. Lama, José Pérez de. 2006. "Um súper-mundo en el Pumarejo". *PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico* 58: 106-107. <https://doi.org/10.33349/2006.58.2186>
29. Lama, José Pérez de e José Sanchés-Laulhé. 2020. "Consideraciones a favor de un uso más amplio del término tecnopolíticas". Em *Algoritmos*, editado por Jesús Sabariego, Augusto Jobim do Amaral e Eduardo B. C. Salles, 19-43. Valência: Tirant lo Blanch.
30. Leirner, Piero. 2020. *O Brasil no espectro da guerra híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica*. São Paulo: Alameda.
31. Mannheim, Karl. 1953. *Essays on Sociology and Social Psychology*. Nova Iorque: Routledge.
32. Mello, Patrícia Campos. 2020. *A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital*. São Paulo: Companhia das Letras.
33. Miskolci, Richard. 2016. "Sociologia digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade". *Contemporânea. Revista de Sociologia da UFSCar* 6 (2): 275-297. <https://doi.editoracubo.com.br/10.4322/2316-1329.014>
34. Mudde, Cas. 2022. *A extrema direita hoje*. Traduzido por Thiago Dias da Silva. Rio de Janeiro: UERJ.
35. Poell, Thomas, David Nieborg e José van Dijck. 2020. "Plataformização". *Fronteiras. Estudos Midiáticos* 22 (1): 1-9. Traduzido por Rafael Grohmann. <https://doi.org/10.4013/fem.2020.221.01>
36. Nemer, David. 2022. *Tecnologia do oprimido: desigualdade e o mundano digital nas favelas do Brasil*. Vitória: Milfontes.
37. Rocha, João César de Castro. 2021. *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Goiânia: Caminhos.
38. Rosa, Pablo Ornelas. 2019. *Fascismo tropical: uma cibercartografia das novíssimas direitas brasileiras*. Vitória: Milfontes.
39. Rosa, Pablo Ornelas, Augusto Jobim do Amaral e David Nemer. 2023. "Datapolítica, governamentalidade algorítmica e a virada digital: uma genealogia da modulação comportamental através das plataformas digitais". *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM* 18 (3): 1-30. <https://doi.org/10.5902/1981369485510>
40. Rosa, Pablo Ornelas, Vitor Amorim de Angelo, Victor Aguiar Almeida e Breno Buxton Vieira. 2024. *Tecnoconservadorismo e o Brasil Paralelo*. São Paulo: Autonomia Literária.

41. Rosa, Pablo Ornelas, Aknaton Toczec Souza, Giovane Matheus Camargo e Marcelo Bordin. 2025. "The Birth of the Brazilian Technoconservative Ecosystem and the Convergence of the Attention Economy with the Culture War". *Contribuciones a las Ciencias Sociales* 18: 1-21. <https://doi.org/10.55905/revconv.18n.2-047>
42. Rossiter, Lyle H. 2016. *A mente esquerdista: as causas psicológicas da loucura política*. Traduzido por Flavio Quintela. Campinas: Vide Editorial.
43. Rothbard, Murray N. (1973) 2013. *Por uma nova liberdade. Manifesto libertário*. Traduzido por Rafael de Sales Azevedo. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil.
44. Rothbard, Murray N. (1974) 2019. *Anatomia do Estado*. Traduzido por Matheus Pacini. Campinas: Vide Editorial.
45. Rouvroy, Antoinette e Thomas Berns. 2015. "Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individuação pela relação?". *Revista Eco-Pós* 18 (2): 35-56. https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/2662
46. Sadin, Éric. 2018. *La silicolonización del mundo*. Traduzido por Margarita Martínez. Buenos Aires: Caja Negra.
47. Sabariego, Jesús, Augusto Jobim do Amaral e Eduardo B. C. Salles. 2020. *Algoritmos*. Valência: Tirant lo Blanch.
48. Sabariego, Jesús e Franciso Sierra Caballero. 2022. *Tecnopolítica, cultura cívica y democracia*. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones.
49. Samenow, Stanton E. (1984) 2020. *A mente criminosa*. Campinas: Vide Editorial.
50. Schmitt, Carl. (1932) 2015. *O conceito de político*. Traduzido por Alexandre Franco de Sá. Lisboa: Edições 70.
51. Scruton, Roger. (1985) 2014. *Pensadores da nova esquerda*. Traduzido por Felipe Garrafiel Pimentel. São Paulo: É realizações.
52. Scruton, Roger. (1980) 2015. *O que é conservadorismo*. Traduzido por Guilherme Ferreira. São Paulo: É realizações.
53. Silveira, Sérgio Amadeu. 2017. "Governo dos algoritmos". *Revista de Políticas Públicas* 21 (1): 267-282. <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v21n1p267-281>
54. Silveira, Sérgio Amadeu. 2021. "A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo". Em *Colonialismo de dados. Como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal*, editado por João Francisco Cassino, Joyce Souza e Sérgio Amadeu da Silveira, 33-52. São Paulo: Autonomia Literária.
55. Souza, Rodrigo F. 2021. "National Review, o moderno conservadorismo americano e a luta para "salvar" os EUA do comunismo, do liberalismo e da integração racial (1955-1959)". *Revista de História* 138: 1-31. <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/167096/170150>
56. Sowell, Thomas. (1996) 2023. *A busca por justiça cósmica: como a esquerda usa a Justiça Social para assolar a sociedade*. Traduzido por Ana Beatriz Rodrigues. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil.
57. Srnicek, Nick. 2018. *Capitalismo de plataforma*. Traduzido por Aldo Giacometti. Buenos Aires: Caja Negra.
58. Telles, Edson. 2018. "Governamentalidade algorítmica e as subjetivações rarefeitas". *Revista Kriterion* 140 (59): 429-448. <https://www.scielo.br/j/kr/a/PQTcJnpCGrP7PD5TrXKWzZm/?format=pdf&lang=pt>
59. Toret, Medina. 2015. *Tecnopolítica y 15M: la potencia de las multitudes conectadas. Un estudio sobre la gestión y explosión del 15M*. Barcelona: Editorial UOC.
60. Turing, Alan M. 1936. "On Computable Numbers, with an Application to the Entscheidungsproblem". *Proceedings of the London Mathematical Society* 42 (1): 230-265. https://www.cs.virginia.edu/~robins/Turing_Paper_1936.pdf
61. Ustra, Carlos Alberto Brilhante. 2018. *A verdade sufocada. Uma história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Brasília: SER.
62. Van Dijck, José, Thomas Poell e Martijn de Waal. 2018. *The Platform Society: Public Values in a Connective World*. Oxford: Oxford University Press.
63. Voegelin, Eric. 2011. *A restauração da ordem*, editado por Michael P. Federici. Traduzido por Elpidio Mário Dantas Fonseca. São Paulo: É realizações.
64. Zuboff, Shoshana. 2020. *A era do capitalismo de vigilância*. Traduzido por George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca.

Augusto Jobim do Amaral

Doutor em Altos Estudos Contemporâneos pela Universidade de Coimbra, Portugal, e doutor em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Brasil. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Filosofia e Ciências Criminais da PUCRS. Professor visitante na Università degli Studi di Salerno, Itália (2024), financiado pelo Programa Erasmus+. Lidera o Grupo de Pesquisa “Politicrim”, cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Conta com experiência na área de criminologia, direito, filosofia política e história das ideias, com ênfase em temas como biopolítica, cultura penal, violência punitiva, direitos humanos, controle social e segurança pública, além de direito penal e processo penal. <https://orcid.org/0000-0003-0874-0583> | augusto.amaral@pucrs.br

Pablo Ornelas Rosa

Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil, e doutorando em Psicologia Institucional pela Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia Política e em Segurança Pública da Universidade Vila Velha, Brasil, e do Programa em Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré, Brasil. Bolsista Capi-xaba de Produtividade da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo. Lidera o Grupo de Pesquisa “Núcleo de Pesquisa em Ativismos, Resistências e Conflitos”, cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Conta com experiência na área de criminologia, segurança pública, sociologia política, tecnopolíticas e teoria social. <https://orcid.org/0000-0002-9075-3895> | pablo.rosa@uvv.br

Jesús Sabariego

Doutor em Direitos Humanos e Desenvolvimento pela Universidad Pablo de Olavide, Espanha. Professor do Departamento de Jornalismo e da Faculdade de Comunicação da Universidad de Sevilla, Espanha. Atua em pesquisas sobre direitos humanos, movimentos sociais, democracia, globalização, relações internacionais, cidadania e participação social. Também trabalhou no desenvolvimento de projetos com as Nações Unidas, UNESCO Chairs/UNITWIN, e com a União Europeia. <https://orcid.org/0000-0002-4500-8589> | jsabariego@us.es

